

ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 2, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O presente Acordo de
Cooperação sobre
Acesso à Infraestrutura
Tecnológica e aos
Sistemas e Serviços de
Tecnologia da B3
("Acordo") é celebrado
entre:

Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS Autarquia Federal, vinculada ao Ministério da Saúde, com sede na Avenida Augusto Severo, nº 84 - Bairro da Glória - Rio de Janeiro - RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 03.589.068/0001-46, neste ato representada por Rogério Scarabel Barbosa, portador do documento de identidade nº [REDACTED], expedido pelo [REDACTED] e inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED], nomeado por meio das Portarias GM/MS nº 1.202, de 3 de junho de 2019, publicada no DOU nº 112, Seção 2, de 12 de junho de 2019, e ANS nº 10.651, de 19 de dezembro de 2019, publicada no DOU nº 246, Seção 2, de 20 de dezembro de 2019, doravante denominada ANS; e **B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCÃO**, sociedade anônima com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Praça Antonio Prado, nº 48, 7º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.346.601/0001-25, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por Viviane El Banate Basso, portadora do documento de identidade nº [REDACTED], expedido pela [REDACTED] inscrita no CPF/MF sob o nº [REDACTED], e por Daniel Demattio de Oliveira Simões, portador do documento de identidade nº [REDACTED], expedido pela [REDACTED] inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED], ambos [REDACTED] doravante denominada "B3". Sendo que B3 e ANS serão denominadas em conjunto como "Partes", ou individualmente e indistintamente como "Parte".

CONSIDERANDO que:

(i) a B3 possui diferentes Modos de Acesso à Infraestrutura Tecnológica da B3 e, através destes Modos, disponibiliza a utilização dos Sistemas e Serviços de Tecnologia da B3 que serão ofertados à ANS, exclusivamente com o objetivo de viabilizar o acesso às informações e o controle das posições de depósito e registro de instrumentos financeiros de propriedade das operadoras setoriais fiscalizadas pela ANS ("Operadoras"), desde que previamente autorizado pelas Operadoras;

(ii) este Acordo será firmado complementa o Acordo de Cooperação anterior firmado entre as partes e publicado no DOU em 17/12/2019 e objetiva a operacionalização dos acessos às informações para a correta execução dos termos do acordo de cooperação já existente entre as Partes ("Objetivo").

(iii) a ANS tem interesse em ter acesso a um ou mais Modos de Acesso à Infraestrutura Tecnológica da B3, um ou mais Serviços de Tecnologia da B3, que serão concedidos pela B3 à ANS após a assinatura digital do presente Acordo, de acordo com o perfil de relacionamento da ANS perante a B3, e mediante solicitação via Sistema Específico, caso aplicável; e

(iv) as Solicitações de Serviços integram o presente Acordo, vinculando a B3 e a ANS às suas disposições.

Têm entre si, justo e acertado o presente Acordo, que será regido pelas cláusulas e condições seguintes:

I – DEFINIÇÕES

“Administradora de Rede” refere-se à empresa administradora do Modo de Acesso, devidamente autorizada pela Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”) e que apresenta requisitos técnicos mínimos exigidos, apta a prestar Serviços de Conectividade com a Infraestrutura Tecnológica da B3, estando relacionada no Manual de Acesso à Infraestrutura Tecnológica da B3.

“Infraestrutura Tecnológica da B3” refere-se aos programas de computador (softwares) e aos hardwares (computadores, equipamentos de rede, de segurança, cabeamento e outros), de propriedade da ou licenciados à B3. Incluem-se nesta definição, para os fins previstos no presente Acordo, todos os softwares e hardwares que eventualmente sucedam ou substituam os atuais.

“Infraestrutura Tecnológica da ANS” refere-se aos programas de computador (softwares), às Linhas de Comunicação, aos hardwares (computadores, equipamentos de rede, de segurança, cabeamento e outros) de propriedade ou contratados pela ANS, que propiciam, conjuntamente, as condições técnicas necessárias para a ANS acessar a Infraestrutura Tecnológica da B3.

“Linhas de Comunicação” significa o meio físico de transmissão de dados contratado por intermédio de rede da Administradora de Rede.

“Mercados B3” refere-se aos mercados administrados pela B3.

“Modo de Acesso” refere-se às redes de Acesso à Infraestrutura Tecnológica da B3 descritas no Manual de Acesso à Infraestrutura Tecnológica da B3, que são administradas pelas Administradoras de Redes e necessárias para o uso dos Sistemas e Serviços de Tecnologia da B3.

“Normativos da B3” referem-se aos Regulamentos, Ofícios Circulares, Comunicados, Manuais, e demais documentos publicados pela B3 (inclusive aqueles contendo políticas comerciais específicas e eventuais regras de permanência mínima relativas à contratação de Sistemas e Serviços de Tecnologia da B3).

“Representantes da B3” significam funcionários, associados, pessoal registrado, conselheiros, diretores, prepostos, subsidiárias, afiliadas e quaisquer pessoas ou entidades que atuem em nome da B3.

“Representantes da ANS” significam servidores públicos, funcionários, associados, pessoal registrado, conselheiros, diretores, prepostos, subsidiárias, afiliadas e quaisquer pessoas ou entidades que atuem em nome da ANS.

“Serviços de Conectividade” significam os serviços que podem ser prestados pelas Administradoras de Redes, os quais incluem, entre outros, o fornecimento de Linhas de Comunicação que permitem a conexão da Infraestrutura Tecnológica da ANS com a Infraestrutura Tecnológica da B3.

“Sistemas e Serviços de Tecnologia da B3” referem-se aos sistemas e serviços oferecidos pela B3 aos seus Participantes para realização das atividades de Pré Negociação, Negociação e Pós Negociação, relacionadas aos mercados administrados pela B3.

“Sistema Específico” refere-se ao sistema eletrônico disponibilizado pela B3 à ANS para a realização, por meio da Solicitação de Serviços, das contratações dos Modos de Acesso à Infraestrutura Tecnológica da B3 e dos Sistemas e Serviços de Tecnologia da B3.

“Solicitação para ativação/alteração/desativação dos Modos de Acesso à Infraestrutura Tecnológica e dos Sistemas e Serviços de Tecnologia da B3” ou “Solicitação de Serviços” trata-se do formulário para inclusão, alteração ou exclusão de Modos de Acesso e dos Sistemas e Serviços de Tecnologia da B3, que constitui parte integrante do presente Acordo, disponibilizado pela B3 à ANS por meio de Sistema Específico ou outro meio físico e/ou eletrônico definido pela B3.

“Suporte Técnico” refere-se à investigação sistemática de problemas, os quais seriam resolvidos por meio de conhecimentos tecnológicos e/ou ferramentas.

“Tabela de Preços da B3” documento publicado pela B3 onde consta o preço, a forma e a periodicidade das cobranças aplicadas pela B3, bem como regras e índices de reajustes, além de eventuais regras de permanência mínima relativas à contratação de Sistemas e Serviços de Tecnologia da B3.

II – TERMOS E CONDIÇÕES

1. Objeto. O presente Acordo tem por objeto complementar acordo de cooperação anterior firmado entre as partes e publicado no DOU em 17/12/2019. Versa sobre a oferta pela B3 à ANS do acesso à Infraestrutura Tecnológica e aos Sistemas e Serviços de Tecnologia da B3, em caráter não exclusivo e personalíssimo, para que a ANS possa, em caráter gratuito, sem qualquer ônus ou contrapartida, acessar a Infraestrutura Tecnológica e/ou utilizar os serviços, os sistemas contratados e/ou produtos disponibilizados pela B3, de forma a viabilizar o cumprimento do Objetivo.

1.1. A ANS escolherá os Modos de Acesso que possibilitarão o acesso aos Sistemas e Serviços de Tecnologia da B3, por meio do envio da Solicitação de Serviços.

1.2. A ANS reconhece que os limites de disponibilidade e de qualidade do Acesso à Infraestrutura Tecnológica da B3 dependem do Modo de Acesso indicado na Solicitação de Serviço e Sistema e das Linhas de Comunicação contratadas junto às Administradoras de Redes, bem como dos serviços de conectividade contratados a critério exclusivo da ANS.

1.2.1. Os Modos de Acesso estão estabelecidos na Solicitação de Serviços, sendo complementadas pelas especificações técnicas publicadas pela B3 por meio de Normativos da B3 e Manual de Acesso à Infraestrutura Tecnológica da B3, estando sujeitos a alterações decorrentes de atualizações tecnológicas realizadas pela B3, nos termos da Cláusula 15.3 deste Acordo.

1.3. A ANS reconhece e concorda que o objeto deste Acordo é restrito à autorização de Acesso à Infraestrutura Tecnológica e aos Sistemas e Serviços de Tecnologia da B3 solicitados para cumprimento do Objetivo, sendo que a contratação dos demais produtos, serviços ou sistemas oferecidos pela B3 para objetivos diversos deverão ser formalizados em documento específico.

2. Das condições de Acesso à Infraestrutura Tecnológica da B3.

2.1. Considerando a complexidade da gestão da tecnologia da informação em cada caso para fins de viabilização do Objetivo, a B3 disponibilizará à ANS os Modos de Acesso à Infraestrutura Tecnológica da B3 que julgar necessário à plena execução do Objetivo, com características específicas, conforme disposto na Solicitação de Serviços, nos Normativos da B3 e no Manual de Acesso à Infraestrutura Tecnológica da B3.

2.2. A ANS é a única responsável, técnica e financeiramente:

a) Pelo estabelecimento das Linhas de Comunicação, as quais serão contratadas diretamente junto às Administradoras de Redes;

b) Pela contratação do acesso e de Serviços de Conectividade junto às Administradoras de Redes;

c) Pelo cumprimento do nível de serviço ("SLA") firmado com as Administradoras de Redes;

d) Pela instalação dos equipamentos de rede, configuração, gerenciamento e manutenção dos Modos de Acesso contratados; e

e) Pelo suporte, manutenção e solução dos problemas de conectividade.

3. Condições de acesso aos Sistemas e Serviços de Tecnologia da B3

3.1. A ANS está ciente e concorda que, para utilização dos Sistemas e Serviços de Tecnologia da B3, a ANS deverá ter equipamento que atenda às diretrizes e especificações técnicas da B3 então vigentes e disponibilizadas nos manuais de cada um dos Sistemas e Serviços de Tecnologia contratados.

3.2. A ANS instalará e conectará, às suas expensas, os equipamentos e toda a infraestrutura necessários, sendo responsável ainda pela sua manutenção técnica.

4. Suporte Técnico. Este Acordo não inclui a prestação de qualquer tipo de serviço de Suporte Técnico pela B3 à ANS, inclusive relacionado aos diferentes Modos de Acesso à Infraestrutura Tecnológica e aos Sistemas e Serviços de Tecnologia da B3.

4.1. A B3 poderá prestar à ANS serviços de Suporte Técnico relacionados à instalação, suporte, manutenção e configuração do acesso a determinados Modos de Acesso à Infraestrutura Tecnológica e aos Sistemas e Serviços de Tecnologia da B3, incluindo, mas não se limitando a, aqueles definidos em Normativos e na Tabela de Preços da B3, mediante a celebração de contrato específico.

5. Declarações e Obrigações da ANS A ANS declara ter ciência de todas as normas e condições estabelecidas, pela B3, nos seus Normativos da B3, relativos ao Acesso à Infraestrutura Tecnológica, aos Sistemas e Serviços de Tecnologia, em decorrência deste instrumento e de seus posteriores aditamentos, ressalvado o disposto na Cláusula 15.3 deste Acordo, comprometendo-se a observar as referidas normas e condições.

5.1. A ANS deverá supervisionar e monitorar o fluxo de atividades realizadas por meio do acesso à Infraestrutura Tecnológica e aos Sistemas e Serviços de Tecnologia da B3, devendo tomar as providências necessárias para que a Infraestrutura Tecnológica da ANS esteja preparada para o desempenho das atividades ali realizadas.

5.2. A ANS deverá coibir o uso indevido e/ou criminoso de quaisquer serviços e/ou sistemas oferecidos pela B3, inclusive responsabilizando-se pelos danos e prejuízos eventualmente sofridos pela própria ANS ou causados a terceiros, por negligência, imprudência ou imperícia, na utilização dos Sistemas e Serviços de Tecnologia ou na utilização dos terminais conectados à Infraestrutura Tecnológica da B3.

5.3. A ANS aceitará como prova dos lançamentos efetuados nos sistemas de processamento, para todos os fins de direito, todos os documentos autenticados, certificados digital ou eletronicamente ou que possuam a identificação da senha de acesso, inclusive relatórios específicos, bem como quaisquer outros registros existentes em qualquer equipamento integrante dos referidos sistemas.

6. Responsabilidade. As Partes são exclusiva e integralmente responsáveis pelo monitoramento, gestão e manutenção de suas respectivas Infraestruturas Tecnológicas, envidando seus melhores esforços para manter o seu regular funcionamento e desempenhar todas as atividades sob este Acordo com o devido cuidado e conhecimento técnico.

6.1. As Partes concordam que as limitações e isenções de responsabilidades previstas no Acordo não se aplicam aos danos oriundos de conduta dolosa.

6.2. A ANS concorda que a B3 não será considerada responsável por quaisquer perdas ou danos, ou outros custos, inclusive de interrupções operacionais, bem como pelo aumento de despesas operacionais, ou por quaisquer outros danos sofridos ou custos e despesas incorridos pela ANS ou quaisquer terceiros, qualquer que seja sua natureza ou causa, quer sejam eles diretos, indiretos, consequenciais, ou especiais, oriundos da provisão, do desempenho, da manutenção ou do uso, ou da incapacidade de uso, dos Modos de Acesso, da Infraestrutura Tecnológica da B3 e dos Sistemas e Serviços de Tecnologia da B3, das Linhas de Comunicações fornecidas pelas Administradoras de Redes, dos programas de computador, dos hardwares, dos bancos de dados, dos manuais e de quaisquer outros serviços, sistemas, produtos e materiais fornecidos pela B3, independentemente do fato de a B3 ter ciência da possibilidade ou da iminência de tais danos.

5.2.1. A responsabilidade da B3 está limitada ao cumprimento das obrigações aqui assumidas, não lhe cabendo qualquer outra responsabilidade perante a ANS ou quaisquer terceiros, inclusive por eventuais perdas e danos, diretos ou indiretos em decorrência deste Acordo.

6.3. Os Modos de Acesso, a Infraestrutura Tecnológica e os Sistemas e Serviços de Tecnologia da B3, os programas de computadores, os hardwares, os bancos de dados, os manuais e outros materiais e serviços eventualmente providos pela, ou em nome da B3 são fornecidos “na forma em que se encontram”, sem nenhum tipo de garantia, incluindo, sem limitação, garantias implícitas de uso comercial e adequação para um fim, título e não violação específica. Cabe à ANS responsabilizar-se por todo o risco relacionado à qualidade e ao desempenho da Infraestrutura Tecnológica e os Sistemas e Serviços de Tecnologia da B3, programas de computadores manuais e outros materiais e serviços eventualmente fornecidos pela ou em nome da B3. A B3 não declara nem garante que a Infraestrutura Tecnológica e os Sistemas e Serviços de Tecnologia da B3, os Sistemas da B3, os programas de computadores, os manuais e outros materiais e serviços eventualmente fornecidos pela ou em nome da B3 estarão livres de erros ou que operarão sem interrupções ou falhas, comprometendo-se a B3, contudo, a envidar seus melhores esforços para corrigir eventuais interrupções ou falhas no menor tempo possível.

6.4. A ANS é exclusiva e integralmente responsável por quaisquer perdas ou danos, inclusive outros custos, ou por quaisquer outros danos sofridos ou custos incorridos pela ANS, qualquer que seja sua natureza ou causa, quer sejam eles diretos, especiais, acidentais ou consequenciais, e que sejam oriundos da provisão, do desempenho, da manutenção ou do uso, ou da incapacidade de uso da Infraestrutura Tecnológica e dos Sistemas e Serviços de Tecnologia da B3, dos programas de computadores, dos hardwares, dos bancos de dados, dos manuais e de quaisquer outros serviços, sistemas, produtos e materiais fornecidos pela e em nome da B3, independentemente do fato de a B3 ter ciência da possibilidade ou da iminência de tais danos.

6.5. Nenhuma das disposições deste Acordo deverá ser interpretada como se criasse qualquer tipo de obrigação para a B3 quanto ao desenvolvimento ou aprimoramento dos Modos de Acesso à Infraestrutura Tecnológica da B3, dos Sistemas e Serviços de Tecnologia da B3, ou de qualquer produto ou serviço relacionado às atividades da B3.

6.6. **Força Maior.** As Partes não serão responsáveis pela inexecução total ou parcial deste Acordo se resultantes de caso fortuito ou de força maior. O presente Acordo não torna nenhuma das Partes responsável por atrasos, falhas, danos, perdas, destruição ou mau funcionamento de qualquer equipamento, nem por qualquer de suas consequências, causados ou originados por, ou devido a, incêndio, terremoto, inundação, água, fenômenos naturais ou falta de mão de obra, cortes de serviços públicos, falhas de energia, explosões, distúrbios civis, atos terroristas, medidas governamentais, indisponibilidade de transporte, atos ou omissões de terceiros, ou quaisquer outras circunstâncias fora de seu controle razoável. Na ocorrência de um ou mais eventos de força maior, a Parte prejudicada deverá notificar a outra Parte assim que possível, devendo empregar seus melhores esforços para mitigar os efeitos do referido evento.

7. Da Gratuidade. A disponibilização, pela B3 à ANS, dos Sistemas e Serviços de Tecnologia da B3 para viabilização do Objetivo será de forma gratuita, não sendo devido qualquer transferência de valores entre as Partes.

7.1. A contratação e utilização dos demais Sistemas e Serviços de Tecnologia da B3 para fins diversos do Objetivo deverá ser efetuada mediante assinatura de termo específico.

8. Não Publicidade. As Partes concordam que, sem a anuência prévia da outra Parte, não poderão: (i) usar o nome empresarial, nomes de domínio, títulos de estabelecimento, marcas depositadas ou registradas, sinais ou expressões de propaganda e quaisquer outros sinais distintivos ou bens de propriedade intelectual de titularidade da outra Parte e de quaisquer entidades integrantes de seu grupo econômico, em anúncios, ou em quaisquer veículos de comunicação; ou (ii) declarar, direta ou indiretamente, que qualquer produto ou serviço fornecido por uma Parte tenha sido aprovado ou endossado pela outra.

9. Vigência. O presente Acordo entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará até 17/12/2024, isto é, tendo a mesma vigência do acordo de cooperação publicado no DOU em 17/12/2019 ajustado entre as Partes.

10. Suspensão. A B3 poderá suspender ou restringir o acesso à Infraestrutura Tecnológica ou a um ou a todos os Sistemas e Serviços de Tecnologia da B3, sem necessidade de envio de notificação prévia, caso a ANS incorra em inadimplemento nos termos deste Acordo ou, de outra forma, passe a representar risco para as atividades da B3, ao exclusivo critério desta.

11. Rescisão. O presente Acordo poderá ser denunciado por iniciativa de qualquer das partes, mediante troca de avisos, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias ou rescindido por descumprimento de qualquer de suas cláusulas, assumindo cada Parte os respectivos ônus decorrentes do referido descumprimento, caso aplicável. O presente Acordo será rescindido automaticamente na eventualidade de rescisão do acordo de cooperação anterior ajustado entre as Partes e publicado no DOU de 17/12/2019. O presente Acordo poderá ser rescindido por qualquer das Partes, sem a necessidade de notificação judicial ou extrajudicial, na hipótese de ocorrer qualquer das situações descritas abaixo:

- a) descumprimento de qualquer cláusula ou condição deste instrumento, obrigando-se a Parte infratora a ressarcir à Parte inocente os prejuízos e perdas e danos a que der causa;
- b) decretação de falência, pedido de liquidação ou recuperação judicial ou extrajudicial, ou dissolução da B3; e
- c) se a B3 tiver cancelada sua autorização de funcionamento regular.

11.1. Qualquer que seja a causa do término do Acordo, cessará imediatamente o direito de acesso à Infraestrutura Tecnológica e aos Sistemas e Serviços de Tecnologia da B3 pela ANS.

11.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, as Partes poderão, de boa-fé e de comum acordo, estabelecer um cronograma escalonado para o término do Acordo, com a consequente perda do direito de acesso à Infraestrutura Tecnológica e aos Sistemas e Serviços de Tecnologia da B3, nas hipóteses em que existam obrigações regulatórias pendentes de cumprimento pela ANS, nos termos dos Normativos da B3.

12. Notificações. Toda comunicação entre as Partes relativa aos termos deste Acordo deverá ser feita por escrito, inclusive por meio eletrônico, para os endereços da B3 e da ANS, abaixo especificados, ou outros endereços que eventualmente vierem a ser indicados:

ANS

CESME/GEHAE/DIOPE/ANS

Avenida Augusto Severo 84, 8o andar – CEP 20021-040 - Rio de Janeiro - RJ

Telefone: 21 + 21050340

E-mail: cesme.diope@ans.gov.br

B3

Gerencia de Contratação de Serviços

Endereço: Praça Antonio Prado, 48 - CEP 01010-901, São Paulo/SP

Telefone: 5511 2565-7102

E-mail: contratacao@b3.com.br

13. Confidencialidade e Segurança da Informação As Partes comprometem-se a: (i) manter em sigilo as Informações Confidenciais da outra Parte e informações relacionadas com o presente instrumento; (ii) utilizá-las somente para os fins previstos neste Acordo, empregando os mesmos cuidados que utilizaria para a manutenção do sigilo de suas próprias informações; e, (iii) adotar cuidados para que Informações Confidenciais não sejam obtidas por terceiros.

13.1. Para os fins previstos nesta cláusula, são consideradas Informações Confidenciais, todas as

informações que a ANS tiver acesso em decorrência do acesso à Infraestrutura Tecnológica e da utilização dos Sistemas e Serviços de Tecnologia da B3, bem como eventuais códigos de acesso e senhas entregues pela B3 ou quaisquer informações, dados, conteúdos, especificações técnicas, desenhos, manuais, esboços, modelos, amostras, materiais promocionais, projetos, estudos, documentos, planos de produtos, custos, preços, nomes de clientes, informações financeiras não publicadas na mídia, planos de marketing, oportunidades de negócios, pesquisa, desenvolvimento, know-how; e outros documentos de qualquer natureza, tangíveis ou intangíveis, disponibilizados em qualquer mídia ou meio físico, visual ou sonoro, inclusive eletrônico e digital, comunicados por escrito, verbalmente ou de outra forma revelados como confidencial ou confidencial restrita por uma Parte à outra Parte ou por qualquer das Partes obtidas, ou ainda que a Parte venha a tomar conhecimento, voluntário ou involuntariamente, em virtude da consecução do objeto do presente Acordo (“Informações Confidenciais”).

13.2. Exclusões. Não serão consideradas Informações Confidenciais, para os fins da Cláusula 13, as informações que:

- (i) já forem do domínio público à época em que tiverem sido reveladas;
- (ii) passarem a ser de domínio público, sem que a divulgação seja efetuada em violação ao disposto neste Acordo;
- (iii) forem legalmente reveladas às Partes por terceiros que, até onde as Partes tenham conhecimento, não estejam quebrando qualquer obrigação de confidencialidade; e
- (iv) devam ser reveladas pelas Partes em razão de ordem ou decisão emitida por órgão administrativo ou judicial com jurisdição sobre as Partes, somente até a extensão de tal ordem.

13.2.1. O ônus da prova de que as informações reveladas se enquadram em uma das hipóteses acima será da Parte que alegar tal exceção.

13.3. Divulgação exigida por força de lei. Caso uma Parte seja obrigada, por força de lei, ordem judicial ou administrativa fundamentada, a revelar Informações Confidenciais, deverá notificar imediatamente a outra Parte sobre tal determinação, e empregar seus melhores esforços para assegurar o tratamento sigiloso das Informações Confidenciais.

13.4. Caso o presente Acordo venha a ser extinto, por qualquer razão, as Partes comprometem-se, nos termos da legislação e regulamentação em vigor, a devolver à outra Parte, ou eliminar, todas as Informações Confidenciais da outra Parte.

13.5. As Partes deverão orientar seus Representantes que venham a ser utilizados na consecução do objeto do presente Acordo, sobre o cumprimento das disposições da Cláusula 13, e ficarão responsáveis pelas perdas e danos decorrentes do descumprimento das obrigações de confidencialidade ora pactuadas.

13.6. A ANS declara neste ato que conhece o teor do código de conduta e das normas, diretrizes e políticas de segurança da informação vigentes da B3, e se compromete a orientar os Representantes da ANS que venham a ser utilizados na consecução do objeto do presente Acordo sobre o teor dos documentos, respondendo perante a B3 pelo cumprimento integral dos preceitos contidos no código de conduta e nas normas e políticas de segurança da informação.

13.7. A obrigação de sigilo prevista nesta cláusula subsistirá após o término do presente Acordo pelo período adicional de 5 (cinco) anos ou conforme disposto na legislação/regulamentação em vigor, caso aplicável.

13.8. A ANS declara-se ciente e de acordo que todas as informações transacionadas nos Sistemas e Serviços de Tecnologia da B3, através da Infraestrutura Tecnológica da B3, incluindo-se aquelas que identifiquem ou possam vir a identificar uma pessoa física ("Dados Pessoais") ("Informações Transacionadas"), que a ANS tenha acesso em razão da execução do objeto deste Acordo, deverão ser utilizadas exclusivamente para as finalidades referentes às atividades em relação às quais o acesso aos Sistemas e Serviços de Tecnologia da B3 foi concedido, e se obriga desde já a usar as Informações Transacionadas com estrita observância: (i) à legislação brasileira, em especial, mas não se limitando, à Lei Complementar nº 105/2001; (ii) à legislação estrangeira, em especial, mas não se limitando, ao Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais nº 2016/679 da União Europeia e (iii) aos Normativos da B3, na medida do que lhe for aplicável.

13.8.1. A ANS declara-se ciente e de acordo que a B3 é responsável única e exclusivamente pela integridade das Informações Transacionadas nos Sistemas e Serviços de Tecnologia da B3, através da Infraestrutura Tecnológica da B3, não sendo responsável pela veracidade e/ou uso das Informações Transacionadas, restando a ANS única e exclusivamente responsável, de forma integral, por quaisquer perdas e danos, diretos e indiretos, incluindo lucros cessantes, que a B3 ou terceiros vierem a sofrer em razão do descumprimento, pela ANS, da cláusula 13.8 acima.

14. Disposições Gerais

14.1. Independência das Cláusulas. Se qualquer dos títulos, cláusulas ou itens do presente Acordo for considerado ilegal ou não executável por qualquer tribunal da jurisdição competente: (i) tal título ou cláusula será considerado como estando separado do restante deste Acordo; (ii) o efeito de tal determinação estará limitado a tal cláusula ou título; e, (iii) a validade, a legalidade e a exequibilidade de tal título ou cláusula em qualquer outra jurisdição de nenhuma forma será afetado ou prejudicado.

14.2. Sobrevivência. Por sua natureza, as cláusulas relacionadas à confidencialidade de informações, responsabilidade civil, lei aplicável e foro para resolução de conflitos, bem como todas as outras definições relevantes, referências cruzadas e semelhantes, necessárias para tornar efetivo o propósito desta cláusula, sobreviverão e permanecerão em vigor após o encerramento deste Acordo.

14.3. Alterações. As Partes acordam que toda e qualquer alteração dos termos deste Acordo deverá ser efetuada mediante assinatura do devido termo aditivo, por ambas as Partes.

14.4. Novação. A omissão ou tolerância de uma Parte em exigir o estrito cumprimento pela outra Parte dos termos e condições deste Acordo configura mera liberalidade, não constituindo, em nenhuma hipótese, novação ou renúncia, nem afetando os seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

14.5. Cessão. Os direitos e obrigações previstos neste Acordo não poderão ser cedidos ou transferidos, no todo ou em parte, pela ANS, sem o prévio consentimento por escrito da B3. A B3 poderá ceder os direitos e obrigações previstos neste Acordo, desde que notifique previamente a ANS.

14.6. Acordo Integral. O presente Acordo, bem como a(s) Solicitação(ões) de Serviços, constituem acordo integral entre as Partes, substituindo todas as negociações, comunicações, acordos e entendimentos anteriores, verbais ou escritos, com relação a seu objeto, com exceção do acordo de cooperação anterior ajustado entre as Partes e publicado no DOU em 17/12/2019.

14.6.1 A inclusão e/ou exclusão de novos Sistemas e Serviços de Tecnologia ou de novo Acesso à Infraestrutura Tecnológica da B3 requer o envio, via Sistema Específico disponibilizado pela B3, do formulário de Solicitação de Serviços por parte da ANS.

14.6.2 Caso a ANS não possua acesso ao Sistema Específico disponibilizado pela B3, esta deverá enviar o formulário de Solicitação de Serviços, por meio físico e/ou eletrônico alternativo definido pela B3 no momento da contratação.

14.7. Desvinculação societária. Em nenhuma hipótese uma Parte será, para qualquer efeito, considerada representante legal, agente, mandatária, parceira, associada e/ou joint venture da outra Parte, não podendo em nome desta praticar quaisquer atos, contratar ou assumir obrigações.

14.8. Desvinculação trabalhista. Este Acordo não gera qualquer vínculo empregatício ou responsabilidade solidária e/ou subsidiária à uma das Partes em relação aos profissionais que a outra Parte disponibilizar para a consecução do objeto do presente Acordo, correndo por conta única e exclusiva da Parte que os disponibilizou todas as despesas com esses profissionais, inclusive encargos decorrentes de legislação vigente, seja trabalhista, previdenciária, securitária ou quaisquer outros que vierem a ser criados pelos órgãos competentes. Referida Parte será a única e exclusiva responsável, seja a que título for, por todos e quaisquer encargos trabalhistas, previdenciários e fundiários, pertinentes aos profissionais que venham a ser utilizados na consecução do objeto deste Acordo, não respondendo a outra Parte por tais encargos, sequer em caráter subsidiário e/ou solidário, ficando a primeira desde já obrigada a ressarcir a segunda por qualquer despesa que esta venha a sofrer cuja responsabilidade esteja acima expressada.

14.9. Propriedade Intelectual. As Partes reciprocamente reconhecem que a Infraestrutura Tecnológica e os Sistemas e Serviços de Tecnologia da B3, bem como a Infraestrutura Tecnológica da ANS, incluindo eventuais atualizações ou melhorias neles realizadas, constituem direitos de propriedade intelectual (segredos comerciais, direitos autorais, de software e/ou de patente) reservados exclusivamente à B3 e à ANS, respectivamente, sendo que sua utilização só é permitida nos limites e para as finalidades específicas previstas neste Acordo, nas Solicitações de Serviço e nos Normativos da B3. As Partes declaram que (i) não existe Acordo, liame ou vínculo de qualquer natureza com terceiros que impeça a assinatura deste Acordo e de qualquer Solicitação de Serviço; e (ii) a celebração deste Acordo e de qualquer Solicitação de Serviço não implica infração a quaisquer direitos de terceiros, inclusive direitos intelectuais e de personalidade. As disposições desta cláusula prevalecerão mesmo que o presente Acordo seja terminado, independentemente do motivo.

14.10. Práticas anticorrupção. As PARTES declaram e garantem que estão cientes, conhecem e compreendem as leis anticorrupção brasileiras, notadamente a Lei nº 12.846/13, e eventuais alterações posteriores ("Legislação Aplicável"), comprometendo-se a: (i) não praticar atos lesivos à administração pública nacional ou estrangeira, bem como se abstendo de prometer, oferecer, dar, direta ou indiretamente, por si ou por terceiro interposto, vantagem indevida a agente público nacional ou estrangeiro, ou a terceira pessoa a ele relacionada; (ii) implementar diretrizes e controles adequados destinados a prevenir e corrigir desvios, a fim de cumprir e fazer com que seus Representantes cumpram com o que determina a Legislação Aplicável; e, (iii) evidenciar, de tempos em tempos, a pedido da outra PARTE, a existência e a efetividade dessas diretrizes e controles. Da mesma forma, compromete-se a não dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras, e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro ou do mercado de capitais nacional.

14.11. Disposições socioambientais. As Partes se comprometem a:

I. combater (i) práticas de trabalho análogo ao de escravo, bem como (ii) a contratação de menores de 18 anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres e/ou de menores de 16 anos em qualquer tipo de trabalho, exceto na condição de menor aprendiz, a partir de 14 anos, bem como a praticar esforços nesse sentido junto aos seus respectivos fornecedores de produtos e serviços, a fim de que esses também se comprometam a fazer esforços nesse sentido visando a combater dessas práticas em seus respectivos estabelecimentos comerciais;

II. envidar seus melhores esforços para combater práticas de discriminação negativas e limitativas ao acesso na relação de emprego ou à sua manutenção, tais como, mas não se limitando a, motivos de: sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade ou situação familiar, bem como a praticar esforços nesse sentido junto aos seus respectivos fornecedores de produtos e serviços, a fim de que esses também se comprometam a fazer esforços nesse sentido visando prevenir e combater práticas discriminatórias negativas em seus respectivos estabelecimentos comerciais; e

III. envidar seus melhores esforços para proteger e preservar o meio ambiente, bem como a prevenir e combater qualquer agressão, perigo ou risco de dano ao meio ambiente, executando seus serviços em observância das leis, regulamentos, atos normativos e administrativos relativos à área de meio ambiente.

14.12. Lei Aplicável. Este Acordo será interpretado e executado de acordo com as leis vigentes da República Federativa do Brasil.

14.13. Resolução de Conflitos. As Partes envidarão seus melhores esforços para atingir a composição amigável de qualquer controvérsia decorrente da interpretação ou execução do presente Acordo. Caso não seja possível atingir a referida composição, fica eleito o Foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Rio de Janeiro como competente para dirimir quaisquer litígios entre as Partes, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as Partes assinam digitalmente o presente Acordo.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2020.

ROGÉRIO SCARABEL
Diretor-Presidente Substituto da ANS

VIVIANE EL BANATE BASSO
B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão

DANIEL DEMATTIO DE OLIVEIRA SIMÕES
B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Scarabel Barbosa, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (Substituto)**, em 05/10/2020, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Demattio de Oliveira Simões, Usuário Externo**, em 07/10/2020, às 19:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Viviane El Banate Basso, Usuário Externo**, em 07/10/2020, às 19:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://www.ans.gov.br/sei/autenticidade>, informando o código verificador **18166655** e o código CRC **CA31B4EF**.